
Programa de intervenção para um grupo de jovens em situação de acolhimento institucional

Caroline Cancelier de Carvalho

Graduada em Psicologia - Faculdade Evangélica do Paraná

Carolina Mayumi Formighieri Ikeda

Graduada em Psicologia - Faculdade Evangélica do Paraná

Giovana Veloso Munhoz da Rocha

Doutora em Psicologia - Universidade de São Paulo

Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Universidade Tuiuti do Paraná

Resumo

O presente estudo teve como objetivo elaborar e aplicar um programa de intervenção que preparasse adolescentes abrigados em uma instituição da cidade de Curitiba-PR, com idades entre 15 e 17 anos, para o novo contexto no qual serão inseridos após a desinstitucionalização. Os instrumentos utilizados em pré e pós-teste para avaliar resiliência e habilidades sociais, assim como levantar o perfil dos jovens, foram o Inventário de Habilidades Sociais para Adolescentes (IHSA, Del Prette & Del Prette, 2009), Inventário de Auto Avaliação para Jovens de 11 a 18 anos (YSR, Achenbach & Rescorla, 2001) e a Escala de Pilares da Resiliência (EPR, Cardoso & Martins, 2013). Foram realizadas 8 sessões nas quais foram trabalhadas respectivamente: apresentação e autoconhecimento; habilidades sociais de comunicação; civilidade e assertividade; empatia; habilidades de autocontrole e expressividade emocional; resolução de problemas; amizade e encerramento. Os resultados indicam que a intervenção foi eficaz na promoção dos índices de habilidades sociais, sendo mais significantes nos itens assertividade e abordagem afetiva. Foi verificado que o grau de resiliência de todos os participantes encontra-se nos escores muito baixo, baixo e médio. Na eventual replicação deste trabalho, as pesquisadoras sugerem que sejam trabalhadas questões que envolvam a promoção da resiliência.

Palavras-chave: Adolescência. Habilidades Sociais. Resiliência. Institucionalização. Egressos.

Abstract

This study aimed the elaboration and applicability of an intervention program that could prepare teenagers residing in a charity institution in Curitiba, Paraná, ages between 15 and 17 years, for the new context in which they will be inserted after the deinstitutionalization. The instruments used at pre and post test to evaluate the resilience and social skills, as well as identify this population, were the Scale of Resilience Pillars (from the Portuguese Escala dos Pilares da Resiliência - EPR), the Inventory of Social Skills for Teenagers (from the Portuguese Inventário de Habilidades Sociais para Adolescentes - IHSA) and the Youth Self Report (from the Portuguese Inventário de Auto Avaliação para Jovens de 11 a 18 anos - YSR). Eight sessions were performed, in which the following aspects were presented: presentation and self-knowledge; social skills of communication; civility and assertiveness; empathy; abilities of self-control and emotional expressiveness; resolution of problems; friendship and closure. The results indicate that the intervention was successful at the promotion of social skills index, being those more significant at the items assertiveness and affective approach, and it was verified that the degree of resilience was between the levels of very low, low and medium.

Keywords: Adolescence, Social Skills, Resilience, Institutionalization, Egress.

A adolescência corresponde a um período da vida de um indivíduo no qual vários questionamentos são levantados. Além das mudanças físicas marcantes desta fase, o adolescente entra em contato com contingências diferentes daquelas que interagiu durante a infância. O ambiente no qual o jovem está inserido muda, seus pares também estão entrando na adolescência e os pais e familiares podem direcionar diferentes responsabilidades ao indivíduo, considerando que o começo da vida adulta é eminente (Amparo et al., 2008).

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) Art.227, “é dever da família e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. E que foi sustentada com a criação do Estatuto da Criança

e do Adolescente em 1990, de acordo com o Art.3 “a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilitadores, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (2012). O descumprimento de tais deveres pode levar a sanções previstas no Código Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Segundo Kreuz (2012), quando “comprovada qualquer das situações de violação dos direitos da criança, por falta, omissão ou abuso dos pais, esgotadas as possibilidades de reverter à situação na família biológica e sendo recomendada a colocação da criança em outra família, promove a destituição do pátrio poder familiar” (p. 90). Então, o encaminhamento às instituições de acolhimento corresponde a uma medida para atender crianças e adolescentes desprotegidos, em situação de risco pessoal ou social, não implicando restrição da liberdade (Carvalho, 1993).

A importância das instituições de acolhimento está justamente em ser o

local para o qual o adolescente vai quando é retirado da família. Assim, o abrigo visa à proteção deste indivíduo, oferecendo uma estrutura física adequada,

mas também condições para que ele receba a assistência necessária para a obtenção de seus direitos. Além disso, é importante destacar que a criança ou jovem que chega ao abrigo, está saindo de uma situação de risco no âmbito familiar que pode acarretar danos físicos e psicológicos.

De acordo com Rocha (2012) o indivíduo exposto a tais situações ainda tem outro fator de risco: “o fato de não possuir repertório para completar as tarefas desta fase de desenvolvimento” (p.21). A autora usa o exemplo de um jovem que abandona a escola e “adota uma estratégia de fuga e não de enfrentamento das dificuldades, deixando de vivenciar situações que ampliariam seu repertório de resolução de problemas interpessoais.” (Rocha, 2012, p. 21).

Para isso, é fundamental que a Instituição promova um ambiente saudável, ou seja, “com condições de higiene e alimentação necessárias para um desenvolvimento global adequado da criança e do adolescente.” (Prada, 2007, p. 77). Também é explícita a importância da instituição em auxiliar no processo de desenvolvimento do jovem, dando suporte para que consiga aprender e elaborar estratégias de enfrentamento para lidar com possíveis dificuldades, presentes e futuras.

O processo de egresso da instituição é um aspecto fundamental a ser trabalhado dentro da mesma. Esse

momento pode gerar ansiedade no adolescente, pois consiste na necessidade de entrar em contato com novas contingências, as quais não estão mais ligadas ao fator de proteção que o abrigo oferece. Vários medos surgem neste contexto e podem estar relacionados a diversos fatores. Segundo Gulassa (2010), o medo do preconceito por ter passado por uma Instituição, da solidão, de não conseguir se manter financeiramente, entre outros. Ainda de acordo com a autora, a saída da instituição pode ser vista pelos seus aspectos positivos, como sendo o início da busca pela autonomia e chegada do momento no qual poderá fazer suas próprias escolhas em diversos aspectos de sua vida como jovem adulto.

É fundamental que este jovem, então, possa ser instruído para tomada de decisões de maneira saudável e consciente das possíveis consequências. Os profissionais do abrigo são essenciais para o auxílio neste período complexo. A instituição como um todo, deve proporcionar o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento deste jovem em busca de sua autonomia, mas sem tomar para si a responsabilidade total. O abrigo “não pode pretender conter sozinho todos os recursos de auxílio à criança ou ao adolescente. Para desenvolver sua autonomia, o jovem necessita de outros parceiros, outros atores sociais, que fazem parte de sua rede de apoio” (Gulassa, 2010, p.12). Esta rede

de apoio pode ser composta de membros da família extensa do indivíduo, colegas da escola ou de outras atividades, madrinhas ou padrinhos sociais e dos outros adolescentes da instituição.

Um aspecto importante para o desenvolvimento de um jovem em situação de risco é a promoção da resiliência. De acordo com Koller e Lisboa (2007), “resiliência é um conceito originário da Física, ciência na qual este constructo é definido como a capacidade de um material absorver energia sem sofrer deformação plástica” (p. 342). Na Psicologia, segundo Poletto (2008), o processo “é entendido a partir da interação dinâmica existente entre as características individuais e a complexidade do contexto social”, consistindo no desenvolvimento de estratégias adequadas para o enfrentamento de situações adversas (p. 77).

A resiliência “como um contexto dinâmico, não é uma característica fixa, pode-se originar e ocultar em certos momentos das vidas, assim como fazer parte de algumas áreas, outras nem tanto” (Poletto & Koller, 2008, p. 405). Para a promoção da resiliência no ambiente institucional se faz necessário que as relações do jovem sejam pautadas por interações providas de afeto, senso de poder, cuidados adequados, senso de pertencimento e disciplina consistente para que possam tanto estabelecer uma vida autônoma fora do contexto da instituição, como conseguir

construir e manter vínculos (Poletto & Koller, 2008). O reconhecimento de que momentos difíceis podem oferecer oportunidades de crescimento constitui-se em uma aceitação positiva para a mudança.

A autoconfiança também é um fator importante para a construção da resiliência, pois proporciona que o adolescente explore diferentes situações com segurança de seu controle sobre elas. Para Cardoso e Martins (2013), a autoeficácia constitui-se na crença do indivíduo de que seus comportamentos podem atingir os resultados desejados, estando interligada com uma orientação positiva para o futuro, pois esta envolve a ideia de que seus próprios esforços podem trazer coisas positivas para o futuro. Outra característica pertinente no indivíduo considerado resiliente é o bom humor, pois “possibilita alívio e uma forma de enxergar a vida de maneira otimista” (Silveira & Mahfoud, 2008, p. 574).

O controle emocional consiste na capacidade de identificação e expressão adequada de emoções e, por consequência, apresenta estabilidade de humor. Segundo Rocha (2010), a empatia consiste em “uma classe de respostas cuja principal função está relacionada à manutenção da relação entre os indivíduos com base na compreensão e expressão de sentimentos” (p. 70). O conceito de independência corresponde à habilidade de decisão do que fazer com seus recursos, sem a necessidade do auxílio de outros.

A reflexão, segundo Cardoso e Martins (2013), refere-se a uma pessoa que “consegue parar e pensar em uma solução para seus problemas, levando em consideração seus atos e consequências, sem tomar decisões precipitadas” (p. 74). A capacidade de criar laços significativos de intimidade com os pares corresponde ao conceito de sociabilidade, também significativo para a construção da confiança em buscar ajuda dos outros para solucionar seus problemas. Por fim, os valores positivos também estão ligados com a promoção da resiliência, e de acordo com Gomide (2012), compreendem a identificação e discernimento daqueles valores que são significativos para um bom convívio em sociedade, pois auxilia o indivíduo a tomar decisões pautadas no desejo de bem estar, tanto próprio, como dos seus pares.

O Treinamento em Habilidades Sociais (THS) é outro fator relevante para o enfrentamento do jovem em diversas situações. Consiste no desenvolvimento de comportamentos sociais que contribuem para a competência social e facilitam relacionamentos saudáveis (Murta, Del Prette & Del Prette, 2010). Um estudo feito por Monteiro e Rocha (2012) consistiu no desenvolvimento de um programa de treinamento de habilidades sociais em jovens, no contexto de um time de futebol de um clube profissional de Curitiba - PR. As autoras concluíram que o mesmo

foi “válido para a formação do atleta, pois ajudou em seu desenvolvimento pessoal, o que invariavelmente auxiliou em seu desempenho esportivo”. Assim, pode-se perceber que o aumento de habilidades sociais em um indivíduo está estreitamente ligado com sucesso profissional, social e pessoal.

Os comportamentos socialmente habilidosos podem ser divididos em diferentes categorias aplicadas a necessidades de diferentes contextos. De acordo com Del Prette & Del Prette (2001), a empatia corresponde à capacidade de colocar-se no lugar do outro, no intuito de entender o que ele está sentindo. O autocontrole envolve o reconhecimento, a identificação e a expressão de emoções e sentimentos, assim como saber lidar com frustrações e controlar o próprio humor. Habilidades sociais de civilidade podem ser entendidas “como a expressão comportamental das regras mínimas de relacionamento aceitas e/ou valorizadas em uma determinada subcultura” (Del Prette & Del Prette, 2005, p. 136). Comportamentos assertivos, em oposição a comportamentos passivos ou agressivos, consistem na capacidade de expressão do indivíduo para obter aquilo que deseja ou necessita de maneira efetiva, ou seja, não sendo submisso à vontade do outro sem questionamento ou sendo ofensivo. Para Engelman & Prust (2012), o conceito de abordagem afetiva corresponde a comportamentos

para estabelecimento de contato e desenvolvimento de amizades com os pares, o que auxilia, justamente na aquisição e elaboração de habilidades sociais básicas. Já a desenvoltura social, segundo Del Prette & Del Prette (2005), está ligada a habilidades sociais acadêmicas para os adolescentes, envolvendo situações de exposição social e conversação, como apresentação de trabalhos em grupo, explicar tarefas aos colegas e conversar com pessoas de autoridade.

Tais habilidades são desenvolvidas durante as aprendizagens ao longo do desenvolvimento do indivíduo. No contexto da institucionalização, é importante perceber que os adolescentes, em sua maioria, passaram por diversas situações de vulnerabilidade social que podem ter comprometido o aprendizado de tais comportamentos. Assim, o treinamento sistemático dentro do contexto de grupo pode proporcionar vivências para que os jovens adquiram e treinem as habilidades importantes para a convivência dentro da instituição, no processo de egresso e na continuação de suas vidas como cidadãos.

A importância do Treinamento de Habilidades Sociais (THS) também é ressaltada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um fator que auxilia na promoção da saúde entre os adolescentes, pois consiste na elaboração de estratégias que podem ser

consideradas fatores de proteção em situações de risco. Possíveis déficits em habilidades sociais podem prejudicar o andamento das etapas do ciclo vital do indivíduo resultando em problemas psicológicos como condutas antissociais, desajuste escolar, suicídio, problemas de relacionamento e depressão, entre outros (Silva & Murta, 2009).

Uma habilidade pertinente a ser explorada no momento do egresso da instituição é a de resolução de problemas, que compreendem situações como acalmar-se e pensar diante de uma situação-problema, pensar antes de agir, avaliar alternativas possíveis, fazer escolhas e tomar e avaliar as decisões (Del Prette & Del Prette, 2005). No contexto do egresso, o jovem adquire a capacidade de tomar as próprias decisões, aprendendo a resolver os problemas e repensar as possibilidades de resolução, o que leva a maior autoestima, pois ele começa a acreditar que suas dificuldades podem ter soluções concretas. De acordo com Caballo (1996), “a solução de problemas é o processo de encontrar uma solução eficaz para uma situação-problema. O pôr em prática a solução, por outro lado, supõe a execução da solução escolhida na realidade” (p. 473).

Ainda de acordo com Caballo (1996), existem cinco processos que interagem para a obtenção de uma solução eficaz para um problema: orientação para o problema; definição e formulação do problema;

levantamentos de alternativas; tomadas de decisões e prática da solução e verificação. O primeiro componente, orientação para o problema, aborda um olhar positivo para a situação que compreende uma “aceitação pessoal da crença de que os problemas são normais e inevitáveis e que podem ser enfrentados de uma forma eficaz.” (Nezu, Nezu & Perri, 1989, citado em Caballo, 1996, p. 479). O objetivo da definição e formulação do problema é compreender a natureza específica do problema. Nisto inclui-se uma reavaliação da situação problema e do seu significado para o bem estar e a mudança. Assim, pode-se avaliar o problema de forma precisa. O terceiro componente, a criação de alternativas, tem como objetivo fazer com que estejam disponíveis tantas soluções quantas sejam possíveis, com intento de elevar ao máximo a possibilidade de que a melhor solução esteja entre elas. Em relação à tomada de decisões, o propósito desta etapa é avaliar as opções disponíveis, a respeito das soluções, e selecionar a melhor para ser aplicada a situação problema real. Por fim, o propósito da prática de solução e verificação é olhar para o resultado obtido e avaliar a eficácia do mesmo no controle da situação-problema real.

Portanto, o Treino de Habilidades Sociais para jovens em processo de desinstitucionalização pode ser uma ferramenta que possibilite ao adolescente estratégias para lidar com situações com as quais ainda

não entrou em contato, ou seja, o desenvolvimento de um repertório funcional para o momento de transição entre a adolescência e a vida adulta.

Método

Participantes

Fizeram parte deste programa 5 adolescentes de uma unidade de acolhimento institucional do município de Curitiba, Paraná. Para participar do programa de intervenção: “Por Uma Nova Vida”, o critério de inclusão foi a idade de “pré-egresso” e egresso da instituição, ou seja, faixa etária entre 15 e 17 anos, e existência de consentimento informado assinado pelo representante legal do adolescente, além da anuência do próprio jovem em participar das atividades do programa.

Instrumentos

Foram utilizados os seguintes instrumentos: Inventário de Habilidades Sociais para Adolescentes (IHSA) (Del Prette & Del Prette, 2009). É composto por 38 itens que contemplam habilidades de relacionamento em diversas situações sociais. O adolescente é requisitado a avaliar, em cada item proposto, sua

frequência e sua dificuldade em apresentar determinado comportamento. As respostas são assinaladas em escala tipo *Likert*, que produz um escore geral de frequência e de dificuldade. Além disso, produz escores em outras seis subescalas: empatia, autocontrole, civilidade, assertividade, abordagem afetiva e desenvoltura social. Após a aplicação, os dados são interpretados de acordo com o manual do instrumento que fornece os percentis gerais e das subescalas.

Youth Self Report (YSR) (Achenbach & Rescorla, 2001). O YSR é um inventário de comportamentos, auto aplicável, derivado do Child Behavior Check List (CBCL). É composto por duas partes: a primeira contém sete questões a respeito de diversos comportamentos sociais, formando a escala de competência e a segunda, contém cento e dezenove questões objetivas, que avaliam problemas de comportamento e comportamentos socialmente desejáveis. O adolescente deve atribuir um conceito a cada afirmação: se ela for verdadeira 2, se for mais ou menos verdadeira, 1 e se não foi verdadeira, 0. Após lançados os dados obtidos na aplicação em um software específico para a correção, são gerados gráficos que apontam índices referentes a vinte e três categorias, que permitem traçar um perfil comportamental do adolescente. São elas: competência acadêmica, social e geral, ansiedade, retidão, depressão, queixas somáticas, problemas sociais,

problemas de pensamento, problemas de atenção, comportamento de quebrar regras, agressividade, problemas internalizantes, problemas externalizantes, soma de problemas, problemas afetivos, ansiedade, problemas somáticos, déficit de atenção, problemas desafiadores opositivos, problemas de conduta, problemas obsessivos compulsivos, problemas pós traumáticos e qualidades positivas.

Escala dos Pilares da Resiliência (EPR) (Cardoso & Martins, 2013). A escala é composta por 90 afirmações, que se agrupam em 11 subescalas, relacionadas aos pilares da resiliência: Aceitação Positiva de Mudança (APM), Autoconfiança (AC), Autoeficácia (AE), Bom Humor (BH), Controle Emocional (CE), Empatia (E), Independência (I), Orientação Positiva para o Futuro (OPF), Reflexão (R), Sociabilidade (S) e Valores Positivos (VP). Tal escala é autoaplicável e a indicação da resposta deve ser dada numa escala tipo *Likert* de cinco pontos, sendo que o “1” representa o “discordo totalmente”, o “2” representa o “discordo”, o “3” representa “neutro”, o “4” representa o “concordo” e o “5” representa o “concordo totalmente”. Após a aplicação, a escala pode ser corrigida através de um software específico ou manualmente. Os dados são interpretados de acordo com o manual da escala, a qual oferece os percentis gerais para cada uma das 11 subescalas mencionadas anteriormente.

Procedimento

O contato inicial para a realização do trabalho foi feito com a psicóloga da Associação, pelo meio da carta de autorização, assinada pela gestora da Associação. O projeto foi, então, submetido ao Comitê de Ética de pesquisa. Após a aprovação do mesmo, foi feito o primeiro contato com os cinco participantes da pesquisa, selecionados de acordo com a faixa etária definida previamente. Tal encontro foi realizado nas dependências da Associação e consistiu em conversas individuais com cada participante. Neste momento foram apresentados a cada jovem os objetivos do projeto e lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após aceitar participar do projeto, foi pedido para que o mesmo assinasse o termo. Em um segundo momento, ainda no mesmo encontro, foram aplicados os seguintes instrumentos: Youth Self-Report (YSR) (Achenbach & Rescorla, 2001) e o Inventário de Habilidades Sociais para Adolescentes (IHSA) (Del Prette & Del Prette, 2009) (Anexo 4). Cada questão foi lida junto com o adolescente, explicando-as em linguagem acessível e dando exemplos relacionados à realidade da população estudada. Cada resposta foi marcada no livro de respostas correspondente a cada instrumento. Este encontro levou, em média,

uma hora para cada indivíduo. No segundo encontro, realizado em outro dia, foi aplicada a Escala dos Pilares da Resiliência (EPR) (Cardoso & Martins, 2013). Cada questão foi lida junto com o adolescente, explicando-as em linguagem acessível e dando exemplos relacionados à realidade desta população. As respostas foram marcadas no livro de respostas da escala. Ao fim deste segundo encontro, os participantes receberam uma carta de agradecimento por sua participação e com o anúncio da data de início das sessões. A duração do encontro foi, em média, de trinta e cinco minutos para cada indivíduo. Ficou estabelecida a realização de duas sessões por dia, uma vez por semana, no total de quatro dias, de acordo com a disponibilidade de todos os participantes estarem presentes. Todas as sessões foram realizadas na sala de TV da Associação. No final de cada sessão, foi realizado sorteio de brindes diversos, como bonés, camisetas, fones de ouvido e um mp3, para os participantes. De acordo com as regras deste sorteio, estabelecidas para os jovens ao fim do primeiro dia das sessões, cada um só poderia ser sorteado uma vez. As sessões foram elaboradas de acordo com o programa de comportamento moral (Gomide, 2010) e do programa de Treinamento de Habilidades Sociais realizado no estudo de Rocha & Monteiro (2012).

Resultados e discussão

Verificou-se com a análise dos dados referentes ao Inventário de autoavaliação para jovens de 11 aos 18 anos (YSR) (Achenbach & Rescorla, 2001) que o participante 5 teve um aumento significativo nos itens de competência social e competência em atividades. É possível relacionar este dado com seu desempenho no decorrer dos encontros. No primeiro encontro (apresentação e atividade sobre autoconhecimento) não quis participar das atividades, contudo no decorrer das sessões o participante mostrou-se mais interessado em concluir as tarefas e foi o que mais apresentou mudanças positivas no pós-teste. Uma hipótese a ser formulada sobre o aumento na sua participação e melhora geral, foi que no pré-teste o participante 5 relatou seu desejo em desenvolver seu repertório de habilidades sociais, afirmando “não tenho isso” (sic). E de acordo com Del Prette & Del Prette (2001), o desenvolvimento de competências sociais apresentam correlação positiva em vários indicadores, como funcionamento adaptativo, rendimento acadêmico, responsabilidade, independência e cooperação.

Os resultados do Inventário de Habilidades Sociais para Adolescentes dos participantes 3, 4 e 5 apontam uma melhora no resultado da variável abordagem afetiva. Esta subescala está diretamente relacionada

com a amizade e que, segundo Engelmann & Prust (2010), “a amizade possibilita a aprendizagem sobre a si mesmo e sobre o mundo, fornecendo oportunidades para que se exercitem certos padrões comportamentais que serão úteis nos relacionamentos futuros”.

A subescala assertividade apresentou no pré-teste resultados abaixo da média para todos os participantes. De acordo com Löhr (2001), indivíduos que foram submetidos a diversos tipos de negligência e maus tratos, não conseguem estabelecer relacionamentos funcionais devido à falta de oportunidade anterior para a aquisição de habilidades sociais assertivas. Os resultados dos pós-teste dos participantes 1, 2, 3, 4 e 5 mostraram aumento na frequência da variável assertividade. Isto resulta, segundo Del Prette & Del Prette (2005), na superação da passividade e, conseqüentemente, no aumento da autoestima. No estudo realizado por Arpini (2003), os indivíduos demonstraram sofrer forte estigma social, pois são vistos pela sociedade como “responsáveis” por sua institucionalização, como se tivessem algum tipo de problema. No primeiro contato com os adolescentes foi possível perceber esta situação, quando participante 1 relatou não gostar da expressão “inclusão social” utilizado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Nos resultados da Escala dos Pilares da Resiliência, todos os participantes permaneceram na classificação muita baixa, baixa e média. Esses resultados se diferenciam dos resultados do IHSA, que possui itens semelhantes. Pode-se pressupor que algumas das subescalas dos instrumentos não foram trabalhadas nos encontros. Outra hipótese foi que a EPR é composta de questões de difícil compreensão para faixa etária da população estudada.

Os dados obtidos com os resultados do Inventário de Autoavaliação para Jovens de 11 a 18 anos (YSR), do Inventário de Habilidades Sociais para Adolescentes (IHSA) e da Escala dos Pilares da Resiliência (EPR) permitiram o levantamento do perfil dos jovens participantes do presente estudo. Foi possível verificar que os adolescentes apresentavam, em sua maioria, escores normais.

Nas variáveis ansiedade/depressão, problemas internalizantes, correspondentes ao isolamento social, e transtornos de ansiedade, alguns participantes apresentaram escores limítrofes ou clínicos no pré-teste. O grau de resiliência verificado nos resultados apresentados pelos jovens foi classificado como abaixo da média, o que mostra dificuldade de adaptação positiva a mudanças, insegurança em relação às suas qualidades, preocupação excessiva com os problemas, falta de capacidade de controle de suas emoções,

dificuldade de perceber o estado emocional dos outros, dependência física e emocional, pessimismo em relação ao futuro, falta de capacidade de analisar seus problemas de maneira efetiva, dificuldade para buscar a ajuda dos outros e certa falta de preocupação com valores comuns a toda a sociedade.

A partir dos resultados gerais do pré-teste do IHSA, foi possível perceber que no item empatia, apresentaram escores abaixo da média, o que pode se relacionar com a dificuldade de identificar problemas do outro, expressar compreensão e apoio, preocupar-se com o bem estar do outro, negociar soluções em situação de conflito de interesses e elogiar e fazer amizades.

A variável de autocontrole, relacionada com habilidades que envolvem reagir com calma em situações aversivas em geral, tais como as que produzem sentimento de frustração, desconforto e raiva, apresentou escores, no geral, abaixo da média. O item civilidade mostrou que os jovens possuíam repertório abaixo de média nas habilidades de “traquejo social”, tais como despedir-se, agradecer favores e elogiar, o que pode supor baixo conhecimento das normas culturais básicas de convivência social. A falta de assertividade, caracterizada por escores abaixo da média, mostrou que os jovens possuíam dificuldade na capacidade de lidar com situações interpessoais

que demandam a afirmação e defesa de direitos e auto estima, com risco potencial de reação indesejada por parte do interlocutor. A abordagem afetiva apresentou, na sua maioria, resultados abaixo da média, o que expõe um repertório baixo para estabelecimento de contato e conversação para relações de amizade. Os resultados abaixo da média relacionados a desenvoltura social mostram que os adolescentes possuíam dificuldades em habilidades requeridas em situações de exposição social e conversação.

Considerações finais

Os resultados do programa de intervenção para adolescentes acolhidos institucionalmente, mostraram-se relativamente eficientes em fortalecer comportamentos dos adolescentes para serem mais habilidosos em suas relações interpessoais. Há indícios que jovens que têm mais competência social, ou seja, que conseguem efetivamente agir de acordo com as habilidades sociais que possuem (Del Prette & Del Prette, 2001), têm maior possibilidade de enfrentar situações estressoras e interpretá-las como contingências de um jovem adulto inserido em um novo contexto, que são possíveis de serem avaliadas positivamente e transformá-las em algo que some ao seu desempenho.

Os resultados mostram mudanças discretas nos resultados gerais dos inventários do pré para o pós-teste. Algumas hipóteses podem ser levantadas

para explicar tais dados. Os resultados do pré-teste podem ter sido afetados pelo fato de não existir vínculo entre os participantes e as facilitadoras, levando-os a tentarem minimizar as respostas que pudessem considerar negativas.

Outro fator a ser considerado, foi que em decorrência da participação no programa, os adolescentes tenham passado a observar mais o próprio comportamento, discriminando assim os

padrões inadequados de respostas que emitiam. Ainda é preciso ressaltar que o intervalo entre a aplicação do pré e do pós-teste foi curto; de que o número de participantes no programa constituiu-se em uma amostra pequena para uma análise mais completa.

Na eventual replicação deste programa, as pesquisadoras sugerem que sejam trabalhadas questões que envolvam a promoção da resiliência, assim como um maior número de sessões voltadas ao Treino de Habilidades Sociais. Sugere-se intervenções terapêuticas individualizadas com os adolescentes.

Referências

- ACHENBACH, T. M., & RESCORLA, L. A. (2001). *Manual for the ASEBA School-Age Forms & Profiles*. Burlington, VT: University of Vermont, Research Center for Children, Youth, and Families.
- ARPINI, D. (2003). *Violência e exclusão: Adolescência em grupos populares*. São Paulo: EDUSC.
- AMPARO, D. M.; GALVÃO, A. C. T.; ALVES, P. B.; BRASIL, K. T. & KOLLER, S. H. (2008). Adolescentes e jovens em situação de risco psicossocial: redes de apoio e fatores pessoais de proteção. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 13(2), 165-174.
- CABALLO, V. E. (2007). *Manual de técnica de terapia e modificação do comportamento*. Tradução organizada por M. D. Claudino. São Paulo: Livraria Santos Editora Com. Imp. Ltda. (trabalho original publicado em 1996).
- CARDOSO, T. & MARTINS, M. C. F. (2013). *Escala dos Pilares da Resiliência – EPR*. Manual. São Paulo: Vetor.
- DEL PRETTE, A. & DEL PRETTE, Z. A. P. (2001). *Psicologia das Relações Interpessoais: Vivências para o trabalho em grupo*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (2005). *Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (2009). Adolescência e fatores de risco: a importância das habilidades sociais educativas. Em Haase, V. G; Ferreira, F. O.; Penna, F. J. (Orgs.). *Aspectos biopsicossociais da saúde na infância e adolescência*. Belo Horizonte: Coopmed, p. 503-522.
- _____. (2009). *Inventário de Habilidades Sociais para Adolescentes (IHSA-Del-Prette): Manual de aplicação, apuração e interpretação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- _____. (2009). *Psicologia das relações interpessoais e habilidades sociais: vivências para o trabalho em grupo*. Petrópolis: Vozes.
- GOMIDE, P. I. (Org.) (2010). *Comportamento Moral: uma proposta para o desenvolvimento das virtudes*. Curitiba: Juruá Editora.
- GIL, A.C. (1996). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3 ed. São Paulo: Atlas.
- KOLLER, S. H. & LISBOA, C. S. M. (2007). Brazilian approaches to understanding and building resilience in at-risk populations. *Child and Adolescent Psychiatric Clinics of North America*, 16, 341-356.
- LÖHR, S. S. (2001). Desenvolvimento das habilidades sociais como forma de prevenção. Em GUILHARDI, H. C; MADI,

- M. B. B. P.; QUEIROZ, P.P. & SCOZ, M. C. (Orgs.). Sobre comportamento e cognição: expondo a variabilidade. São Paulo: ESETec, p. 191-194.
- MURTA, S. G.; DEL PRETTE, Z. A. P. & DEL PRETTE, A. (2010). Prevenção ao sexismo e ao heterossexismo entre adolescentes: contribuições do treinamento em habilidade sociais. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*. Lisboa, n.º 2.
- PRADA, C. G. (2007). Avaliação de um programa de práticas educativas para monitoras de um abrigo infantil. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- POLETTTO, M. & KOELLER, S. H. (2008). Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 25(3), 405-416.
- POLETTTO, M. (2008). Resiliência: nova perspectiva sobre as potencialidades humanas. *Polêmica Revista Eletrônica*, 7(3).
- ROCHA, G. V. M. (2012). Comportamento antissocial: psicoterapia para adolescentes infratores de alto risco. Curitiba: Juruá Editora.
- ROCHA, G. V. M. & MONTEIRO, M. F. B. (2012). Programa de treinamento de habilidades sociais para a prática do futebol. *Psicol. Argum. Curitiba*, 30 (68), 63-74.
- SILVA, M. P. & MURTA, S. G. (2009). Treinamento de habilidades sociais para adolescentes: uma experiência no programa de atenção integral à família (PAIF). *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(1), 136-143.
- SILVEIRA, D. R. & MAHFOUD, M. (2008). Contribuições de Victor Emil Frankl ao conceito de resiliência. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 25(4), 567-57.